



Parecer Técnico de Licença Ambiental Simplificada (RAS) nº 0575098/2019

PA COPAM Nº: 07607/2015/002/2019

SITUAÇÃO: Sugestão pelo deferimento

EMPREENDEDOR: EXTRAÇÃO DE AREIA SÃO SEBASTIÃO – ME **CNPJ:** 03.272.031/0002-70

EMPREENDIMENTO: EXTRAÇÃO DE AREIA SÃO SEBASTIÃO – ME **CNPJ:** 03.272.031/0002-70

MUNICÍPIO: GONÇALVES **ZONA:** RURAL

CRITÉRIO LOCACIONAL INCIDENTE:

- Não há incidência de critério locacional

CÓDIGO:

ATIVIDADE OBJETO DO LICENCIAMENTO (DN COPAM 217/17):

CLASSE

CRITÉRIO LOCACIONAL

A-03-01-8

Extração de areia e cascalho para utilização imediata na construção civil

3

0

CONSULTORIA / RESPONSÁVEL TÉCNICO:

Francisco Osvaldo Prado Teixeira

REGISTRO:

CREA-MG 46604/D

AUTORIA DO PARECER

MATRÍCULA

ASSINATURA

Vinícius Souza Pinto

Gestor Ambiental

1.398.700-3

De acordo:

Fernando Baliani da Silva

Diretor Regional de Regularização Ambiental

1.374.348-9



Parecer Técnico de Licença Ambiental Simplificada (RAS) nº0575098/2019

O empreendimento **EXTRAÇÃO DE AREIA SÃO SEBASTIÃO** atua no ramo minerário, exercendo suas atividades no município de Gonçalves – MG. Em 05/09/2019, foi formalizado na Supram Sul de Minas, o processo administrativo de Licenciamento Ambiental Simplificado – LAS, de nº 07607/2015/002/2019, via Relatório Ambiental Simplificado (RAS).

A atividade do empreendimento objeto deste licenciamento é a **extração de areia e cascalho para utilização imediata na construção civil**. A produção bruta requerida é de 30.000 m³/ano.

O empreendimento operou amparado por Autorização Ambiental de Funcionamento – AFF, com validade até 06/04/2019, portanto não haverá incidência de critério locacional.

Para regularizar a intervenção em APP foi apresentado DAIA nº 0036650-D válido, com vencimento em 07/05/2023. Essa autorização se refere a autorização para intervenção em 0,3187 ha de APP sem supressão de vegetação nativa.

Este parecer técnico não autoriza qualquer supressão de vegetação nativa e/ou árvores isoladas nativas, ou qualquer intervenção em Área de Preservação Permanente, além daquela autorizada no DAIA.

A extração mineral esta sendo autorizada no DNPM 832.688/2011, por se tratar de um rio federal foi apresentada a Resolução nº1132 emitida pela ANA, com validade até 13/08/2024.

Para mitigar o impacto do carreamento de sólidos em suspensão para o curso d'água, o empreendimento com uma bacia de decantação e uma caixa tri-compartimentada instalada no porto de areia.

As emissões atmosféricas são provenientes do funcionamento das máquinas, equipamentos, bem como da própria draga. Como medida mitigadora o empreendedor se compromete a manter todos as máquinas e equipamento em bom estado e com a manutenção em dia.

Os efluentes sanitários são tratados através de fossa séptica, o lançamento final se dá em sumidouro. Os óleos lubrificantes usados são coletados e armazenados em galões sendo periodicamente entregues para empresa de reciclagem. O empreendimento não possui oficina, sendo que toda manutenção é realizada em oficinas de terceiros.

Os resíduos sólidos recicláveis, bem como os resíduos domésticos, são armazenados no próprio empreendimento em local protegido e posteriormente coletados pela prefeitura municipal de Gonçalves. O lixo orgânico é compostado ou utilizado na alimentação animal.

Toda a água utilizada no empreendimento é fornecida pela concessionária local de Gonçalves.

Em conclusão, com fundamento nas informações constantes do Relatório Ambiental Simplificado (RAS), sugere-se o **deferimento** da Licença Ambiental Simplificada ao empreendimento **Extração de Areia São Sebastião** para as atividades de A-03-01-8 Extração de areia e cascalho para utilização imediata na construção civil, no município de **Golçalves**, com prazo de validade de **10 anos**.



ANEXO I

Condicionante para Licença Ambiental Simplificada do empreendimento Extração de Areia São Sebastião

Item	Descrição da Condicionante	Prazo*
01	Executar o Programa de Automonitoramento, conforme definido no Anexo III, demonstrando o atendimento aos padrões definidos nas normas vigentes.	Durante a vigência da Licença Ambiental

* Salvo especificações, os prazos são contados a partir da data de publicação da Licença na Imprensa Oficial do Estado.

IMPORTANTE

Os parâmetros e frequências especificadas para o Programa de Automonitoramento poderão sofrer alterações a critério da área técnica da Supram-SM, face ao desempenho apresentado;

Qualquer mudança promovida no empreendimento que venha a alterar a condição original do projeto das instalações e causar interferência neste programa deverá ser previamente informada e aprovada pelo órgão ambiental.



ANEXO III

Programa de Automonitoramento da Licença Ambiental Simplificada do empreendimento Extração de Areia São Sebastião

1. Efluentes Líquidos.

Local de amostragem	Parâmetro	Frequência de Análise
Na saída da caixa tricompartimentada. ⁽¹⁾	Sólidos suspensos totais, sólidos sedimentáveis e óleos e graxas minerais.	<u>Semestral</u>
Monitoramento de curso de água montante e jusante. ⁽²⁾	Oxigênio dissolvido, sólidos suspensos totais, sólidos sedimentáveis e óleos e graxas minerais.	<u>Semestral</u>

⁽¹⁾ **Local de amostragem:** Entrada e saída da caixa tricompartimentada.

Relatórios: Enviar **anualmente** à Supram Sul de Minas **até o último dia do mês subsequente ao aniversário da Licença Ambiental**, os resultados das análises efetuadas. O relatório deverá especificar o tipo de amostragem e conter a identificação, registro profissional e a assinatura do responsável técnico pela amostragem, além da produção industrial e do número de empregados no período. Deverá ser anexado ao relatório o laudo de análise do laboratório responsável pelas determinações.

⁽²⁾ **Para as amostragens feitas no corpo hídrico receptor, apresentar justificativa da distância adotada para coleta de amostras a montante e jusante do ponto de lançamento.**

Constatada alguma inconformidade, o empreendedor deverá apresentar justificativa conforme Deliberação Normativa nº 216/2017, que poderá ser acompanhada de projeto de adequação do sistema de controle em acompanhamento.

Na ocorrência de qualquer anormalidade nos resultados das análises realizadas durante o ano, o órgão ambiental deverá ser imediatamente informado, inclusive das medidas de mitigação adotadas.

Método de análise: Normas aprovadas pelo INMETRO ou, na ausência delas no *Standard Methods for Examination of Water and Wastewater*, APHA-AWWA, última edição.



2. Resíduos Sólidos e Oleosos

Enviar **anualmente** à Supram Sul de Minas **até o último dia do mês subsequente ao aniversário da Licença Ambiental** à Supram Sul de Minas os relatórios mensais de controle e disposição dos resíduos sólidos gerados contendo, no mínimo, os dados do modelo abaixo, bem como a identificação e a assinatura do responsável técnico pelas informações.

Resíduo				Transportador		Disposição final				Obs.	
Denominação	Origem	Classe NBR 10.004 ¹	Taxa de geração kg/mês	Razão social	Endereço completo	Forma ²	Empresa responsável				
							Razão social	Endereço completo	Licenciamento ambiental		
									Nº processo		Data da validade

(1) Conforme NBR 10.004 ou a que sucedê-la.

(2) Tabela de códigos para formas de disposição final de resíduos de origem industrial

- 1- Reutilização
- 2 - Reciclagem
- 3 - Aterro sanitário
- 4 - Aterro industrial
- 5 - Incineração
- 6 - Coprocessamento
- 7 - Aplicação no solo
- 8 - Estocagem temporária (informar quantidade estocada)
- 9 - Outras (especificar)

Em caso de transporte de resíduos sólidos Classe I - perigosos, deverá ser informado o número e a validade do processo de regularização ambiental do transportador.

Em caso de alterações na forma de disposição final dos resíduos sólidos em relação ao Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos apresentado, a empresa deverá comunicar previamente à Supram para verificação da necessidade de licenciamento específico.

Fica proibida a destinação de qualquer resíduo sem tratamento prévio, em áreas urbanas e rurais, inclusive lixões e bota-fora, conforme Lei Estadual nº 18.031/2009. Para os resíduos sólidos Classe I – perigosos, e para os resíduos de construção civil, a referida lei também proíbe a disposição em aterro sanitário, devendo, assim, o empreendedor cumprir as diretrizes fixadas pela legislação vigente quanto à destinação adequada desses resíduos. Os resíduos de construção civil deverão ser gerenciados em conformidade com as Resoluções Conama nº 307/2002 e nº 348/2004.

As doações de resíduos deverão ser devidamente identificadas e documentadas pelo empreendedor. Desse modo, as notas fiscais de vendas e/ou movimentação, bem como documentos identificando as doações de resíduos poderão ser solicitados a qualquer momento para fins de fiscalização. Portanto, deverão ser mantidos disponíveis pelo empreendedor.